

INSTRUÇÕES

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Prova, com páginas numeradas de **1 a 17**, é constituído de **40 (quarenta)** questões objetivas, cada uma com **4 (quatro)** alternativas, assim distribuídas:

01 a 10 – Língua Portuguesa

11 a 20 – Legislação Básica

21 a 40 – Conhecimentos Específicos

2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.
3. **Sobre a Marcação do Cartão de Respostas**

As respostas deverão ser, obrigatoriamente, transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

- 3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, pinte completamente o círculo correspondente.

Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa C seja a escolhida.

Nº da Questão
<input type="radio"/> A
<input type="radio"/> B
<input checked="" type="radio"/>
<input type="radio"/> D

- 3.2. Marque apenas uma alternativa para cada questão.
 - 3.3. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.
 - 3.4. Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
4. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.
5. A duração da prova é **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
6. Somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova, o candidato, depois de entregar seu Caderno de Prova e seu Cartão de Respostas, poderá retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando sua desistência do concurso.
7. Na página **17** deste Caderno de Prova, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova.
8. Será permitida a saída de candidatos levando o Caderno de Prova somente **na última meia hora** de prova.
9. Após o término da prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado (no espaço próprio) e preenchido.

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: Leia o texto e responda às questões de 01 a 10.

Insônia infeliz e feliz

De repente os olhos bem abertos. E a escuridão toda escura. Deve ser noite alta. Acendo a luz da cabeceira e para o meu desespero são duas horas da noite. E a cabeça clara e lúcida. Ainda arranjarei alguém igual a quem eu possa telefonar às duas da noite e que não me maldiga. Quem? Quem sofre de insônia? E as horas não passam. Saio da cama, tomo café. E ainda por cima com um desses horríveis substitutos do açúcar porque Dr. José Carlos Cabral de Almeida, dietista, acha que preciso perder os quatro quilos que aumentei com a superalimentação depois do incêndio. E o que se passa na luz acesa da sala? Pensa-se numa escuridão clara. Não, não se pensa. Sente-se. Sente-se uma coisa que só tem um nome: solidão. Ler? Jamais. Escrever? Jamais. Passa-se um tempo, olha-se o relógio, quem sabe são cinco horas. Nem quatro chegaram. Quem estará acordado agora? E nem posso pedir que me telefonem no meio da noite, pois posso estar dormindo e não perdoar. Tomar uma pílula para dormir? Mas e o vício que nos espreita? Ninguém me perdoaria o vício. Então fico sentada na sala, sentindo. Sentindo o quê? O nada. E o telefone à mão.

Mas quantas vezes a insônia é um dom. De repente acordar no meio da noite e ter essa coisa rara: solidão. Quase nenhum ruído. Só o das ondas do mar batendo na praia. E tomo café com gosto, toda sozinha no mundo. Ninguém me interrompe o nada. É um nada a um tempo vazio e rico. E o telefone mudo, sem aquele toque súbito que sobressalta. Depois vai amanhecendo. As nuvens se clareando sob um sol às vezes de fogo puro. Vou ao terraço e sou talvez a primeira do dia a ver a espuma branca do mar. O mar é meu, o sol é meu, a terra é minha. E sinto-me feliz por nada, por tudo. Até que, com o sol subindo, a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos.

(LISPECTOR, Clarice. Disponível em: //www.culturagenial.com/cronicas-famosas. Acesso em: 03/01/2024.)

QUESTÃO 01

Qual a temática sobre a qual a crônica versa?

- [A] Quietude
- [B] Tranquilidade
- [C] Insônia
- [D] Desamparo

QUESTÃO 02

A leitura atenta do texto autoriza a afirmar que a personagem do texto é uma mulher

- [A] que, na mesma situação, sente-se ora angustiada ora em paz.
- [B] que gosta da solidão, de ficar sozinha em sua casa à beira do mar.
- [C] que passa todas as noites a tomar café e esperar que algum amigo lhe telefone.
- [D] que, na solidão, sente-se livre, mas não se entrega ao sono para não perder o amanhecer.

QUESTÃO 03

No primeiro parágrafo, a narrativa oscila entre a primeira pessoa (*acendo a luz*) e a terceira (*pensa-se*). Esse fato linguístico sugere

- [A] inconstância da narrativa.
- [B] espontaneidade na narrativa.
- [C] indefinição da personagem.
- [D] desarticulação da personagem.

QUESTÃO 04

A linguagem do texto é marcada predominantemente

- [A] pela complexidade sintática.
- [B] por frases curtas e incisivas.
- [C] por uso de metáfora a cada linha.
- [D] pelo uso de frases incompletas.

QUESTÃO 05

Em Acendo a luz da cabeceira, há presença de palavra homófona. Em qual alternativa há outro caso de homofonia?

- [A] Os técnicos administrativos fizeram grande festança de Natal na sede do sindicato.
- [B] O acerto feito com os funcionários mal durou uma temporada de trabalho.
- [C] Sabe o que muito faltou na festa? Gelo, minha filha!
- [D] Sem dúvida, foi muito apropriado pensar em cassar o mandato daquele político.

QUESTÃO 06

Tome o trecho: Acendo a luz da cabeceira e para o meu desespero são duas horas da noite. Assinale a alternativa que apresenta a regra da norma culta que justifica a concordância do verbo ser.

- [A] Quando o verbo ser se apresenta como verbo impessoal, ou seja, sem sujeito, na indicação de noções temporais e distâncias, a concordância verbal é feita com o numeral.
- [B] Havendo um sujeito singular que se refira a coisas e um predicativo do sujeito no plural, o verbo deverá ser escrito também no plural.
- [C] A concordância é feita com o sujeito gramatical, ou seja, o verbo ser concorda em número (singular ou plural) e pessoa (1.^a, 2.^a ou 3.^a) com o sujeito da oração.
- [D] Quando o sujeito e o predicativo apresentarem flexões diferentes, o verbo ser concorda com o elemento que estiver no plural.

QUESTÃO 07

A respeito de recursos linguísticos, assinale a afirmativa correta.

- [A] Em Mas quantas vezes a insônia é um dom., a conjunção, apesar de ser classificada como adversativa, tem função aditiva, acrescenta uma informação às ideias anteriores.
- [B] No trecho É um nada a um tempo vazio e rico., a palavra a está incorretamente grafada, pois o verbo haver exige grafia com h.
- [C] Em E sinto-me feliz por nada, por tudo., o uso de metáfora serve para aprofundar o estado psíquico da personagem.
- [D] No trecho ainda arranjarei alguém igual a quem eu possa telefonar às duas da noite, o pronome relativo está preposicionado em função da regência do verbo telefonar.

QUESTÃO 08

O papel da vírgula em um texto, além de indicar certa pausa na pronúncia, é organizar os sentidos de um texto. Analise o uso da vírgula nos trechos a seguir.

- I. *E nem posso pedir que me telefonem no meio da noite, pois posso estar dormindo e não perdoar.*
- II. *Passa-se um tempo, olha-se o relógio, quem sabe são cinco horas.*
- III. *O mar é meu, o sol é meu, a terra é minha.*
- IV. *Até que, com o sol subindo, a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos.*

Assinale a alternativa que apresenta correta justificativa para o emprego de vírgula nos trechos constantes das afirmativas I, II, III e IV.

- [A] Na afirmativa I, a vírgula isola expressão intercalada na oração, como *pois*, usada para expressar conclusão.
- [B] Nas afirmativas II e III, as vírgulas isolam um elemento pleonástico que vem antes do verbo, ou seja, um termo que se repete na frase para ter mais ênfase.
- [C] Isolar expressão que indica circunstâncias variadas, como tempo, lugar, modo, companhia, entre outras (adjuntos adverbiais invertidos ou intercalados na oração), é a função da vírgula na afirmativa IV.
- [D] A vírgula indica a supressão de uma palavra, sendo usada em vez da palavra que foi omitida, nas afirmativas I e IV.

QUESTÃO 09

A derivação é um dos processos profícuos de formação de palavras na língua portuguesa, a exemplo das palavras *cabeceira* e *escuridão*, formadas pelo processo de derivação com a junção de sufixo. Há vários outros tipos de derivação, como a imprópria e a regressiva. Assinale I para as afirmativas que apresentam exemplo de derivação imprópria e R para as que apresentam exemplo de derivação regressiva.

- () Os bons herdarão o reino dos céus!
- () Minha ajuda naquele processo foi rejeitada pelos membros da assembleia.
- () Todos sabiam da existência de funcionários fantasmas na secretaria de estado.
- () Estranhamos o badalar dos sinos da matriz em hora tão inapropriada.
- () Mediante o resultado do concurso, a candidata não resistiu e caiu no choro.

Marque a sequência correta.

- [A] I, I, R, I, R
- [B] I, R, I, I, R
- [C] R, R, I, R, I
- [D] R, I, R, R, I

QUESTÃO 10

Tempo verbal usado para transmitir uma ação possível, mas incerta. Expressa um acontecimento hipotético, que ainda não se realizou por estar dependente de outro acontecimento. Assinale a alternativa em que as formas verbais dadas, constantes do primeiro parágrafo, estão nesse tempo verbal.

- [A] *maldiga - telefonem*
- [B] *passam – chegaram*
- [C] *fico - sofre*
- [D] *pensa – saio*

LEGISLAÇÃO BÁSICA

QUESTÃO 11

Em consonância com as normas da Lei Orgânica Municipal de Cáceres/MT acerca da vinculação constitucional de recursos orçamentários para a manutenção e desenvolvimento do ensino, é correto afirmar:

- [A] O município aplicará anualmente nunca menos de trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- [B] Os recursos orçamentários destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino serão dirigidos aos sistemas de ensino municipal e às escolas comunitárias com ou sem finalidade lucrativa.
- [C] É vedada a utilização dos recursos destinados à educação para financiar bolsas de estudos para o ensino fundamental, ficando o poder público obrigado a expandir a sua rede na localidade onde houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública.
- [D] Os recursos públicos vinculados à educação deverão assegurar o atendimento das necessidades do ensino fundamental e não se destinam a financiar atividades culturais ou esportivas apoiadas pelo Município.

QUESTÃO 12

Em vista do disposto na Lei Complementar Municipal nº 25/1997 acerca das normas aplicáveis à acumulação de cargos públicos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] Não se compreende na proibição de acumular a percepção conjunta de proventos de aposentadoria resultante de cargos legalmente acumuláveis.
- [B] A acumulação lícita nos casos ressalvados na Constituição Federal fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, entendida como a probabilidade de cumprimento integral da jornada ou do regime de trabalho, ao qual o servidor estiver submetido.
- [C] O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou função de confiança nem participar, com remuneração, de mais de um órgão de deliberação coletiva.
- [D] A proibição de acumular proventos se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou contrato para prestação de serviços técnicos especializados, de caráter temporário.

QUESTÃO 13

Tendo em vista as disposições da Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT, em sua redação reformada, acerca da concessão de benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais amparados pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e seus dependentes, analise as afirmativas.

- I. O rol de benefícios do regime próprio de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.
- II. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social.
- III. Os proventos de aposentadoria serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor na data do requerimento do benefício.
- IV. A pensão por morte em favor dos dependentes do servidor municipal será calculada com base na aposentadoria voluntária que seria devida se estivesse aposentado à data do óbito.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] II, III e IV, apenas.
- [C] I e III, apenas.
- [D] II e IV, apenas.

QUESTÃO 14

De acordo com as disposições da Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT aplicáveis ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, investido no mandato de Prefeito Municipal, será obrigatoriamente afastado do seu cargo sem direito à remuneração e passará a perceber o subsídio do cargo eletivo.
- () O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo do subsídio do cargo eletivo.
- () Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- () Para efeito de concessão de benefício previdenciário no caso de afastamento, os valores serão determinados como se o servidor no exercício estivesse.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, V, V
- [B] F, V, F, F
- [C] F, V, F, V
- [D] V, F, V, F

QUESTÃO 15

O parágrafo 1º do artigo 32 da Lei Complementar Municipal nº 25/1997, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT, ao dispor sobre a invalidação da causa da perda do cargo de servidor público estável, prescreve:

“Invalidada por sentença judicial a _____ do servidor estável, será ele _____, e o eventual ocupante da vaga, se estável, _____ ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em _____ com remuneração proporcional ao tempo de serviço”.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- [A] exoneração; revertido; reintegrado; atividade.
- [B] demissão; reconduzido; revertido; disponibilidade.
- [C] demissão; reintegrado; reconduzido; disponibilidade.
- [D] exoneração; reintegrado; reconduzido; atividade.

QUESTÃO 16

Leia o seguinte texto:

A Emenda Constitucional nº 19, promulgada em 4 de junho de 1998, também conhecida como “Reforma Administrativa”, promoveu intensa mudança no Título III (Da Organização do Estado), sobretudo, em seu capítulo VII (Da Administração Pública) (...).

Sua apresentação diz o seguinte: “modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências” (BRASIL, 1998).

Desta ampla reforma administrativa e seguindo o escopo do corte de despesas, resultou, entre outras coisas, a instituição do sistema remuneratório de subsídio, o qual não era previsto para nenhuma categoria de agente público, na redação original da Constituição de 1988.

A partir da mencionada emenda, passaram a coexistir dois sistemas remuneratórios: o tradicional, em que a remuneração compreende uma parte fixa e outra variável, constituída por vantagens de natureza diversa, e o novo, no qual a contraprestação corresponde ao subsídio, que deverá ser constituído por parcela única, excluindo a possibilidade de percepção de vantagens pecuniárias variáveis. O primeiro sistema é chamado de remuneração ou vencimento e, o segundo, de subsídio (DI PIETRO, 2006, p. 515).

Dentro do sistema remuneratório de subsídio há, ainda, a diferenciação entre o obrigatório e o facultativo. De forma que o § 4º, do art. 39, submete obrigatoriamente ao regime de subsídio, os membros de quaisquer dos poderes, os detentores de mandato eletivo, os ministros de estado, os secretários estaduais e municipais, bem como os membros do Ministério Público, os integrantes da Advocacia Geral da União, os procuradores dos Estados e do Distrito Federal, os defensores públicos, os Ministros do Tribunal de Contas da União e os servidores públicos policiais.

Enquanto o § 8º do mesmo artigo dispõe sobre o sistema remuneratório de subsídio facultativo, nestes termos: “a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º”.

(SILVA, Rute Mikaele Pacheco da. Os direitos sociais do servidor público em face do sistema remuneratório de subsídios.

Disponível em: *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, 2013, vol. 5, n. 9, jul.-dez. On-line. Acesso em: 15/01/2024.)

Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT sobre o assunto tratado no texto, é correto afirmar:

- [A] A remuneração dos ocupantes de cargos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, percebida cumulativamente ou não, não poderá exceder o dobro do subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal.
- [B] Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, desde que observado o valor máximo de subsídio fixado na legislação municipal.
- [C] É permitida a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, com o fim de assegurar a paridade do valor do subsídio previsto para os cargos do Poder Legislativo e para os cargos do Poder Executivo municipal.
- [D] A remuneração dos servidores públicos municipais e os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

QUESTÃO 17

Conforme prescreve a Lei Complementar Municipal nº 25/1997, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT, a promoção funcional do servidor é a passagem de uma classe para outra imediatamente posterior da categoria funcional em que se encontra, e se dará automaticamente a cada

- [A] 02 (dois) anos.
- [B] 03 (três) anos.
- [C] 01 (um) ano.
- [D] 05 (cinco) anos.

QUESTÃO 18

Analise a seguinte situação hipotética:

Justino é servidor ocupante de cargo efetivo no Município de Cáceres/MT e foi convidado para assumir um cargo de confiança como gestor financeiro de uma Secretaria Municipal. Antes da nomeação para o cargo, o servidor foi instado a apresentar alguns documentos, inclusive declarar a existência de eventual contrato firmado com o poder público municipal por pessoa de sua família. Nesta declaração, afirmou que seus pais são proprietários de um bem imóvel urbano, que foi locado para o Município.

De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT acerca das normas aplicáveis aos servidores públicos e aos contratos firmados pela Administração Pública municipal, assinale a afirmativa correta a respeito da situação relatada.

- [A] O servidor municipal em cargo de confiança, bem como pessoas ligadas a ele por vínculo de parentesco, em nenhuma hipótese, poderão manter contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal.
- [B] O servidor municipal em cargo de confiança não poderá manter contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal, mas tal vedação não se estende a pessoas ligadas a ele por vínculo de parentesco.
- [C] O servidor municipal em cargo de confiança, bem como pessoas ligadas a ele por vínculo de parentesco, não poderão manter contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- [D] O servidor municipal em cargo de confiança ou seus familiares não poderão firmar contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal, mas isso não impede a manutenção de quaisquer contratos firmados antes da nomeação.

QUESTÃO 19

Tendo em vista as disposições da Lei Complementar Municipal nº 25/1997, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT, analise as afirmativas acerca de frequência e horário dos servidores.

- I. Os ocupantes de cargo de provimento efetivo devem cumprir jornada semanal de 40 (quarenta) horas e não estão sujeitos a trabalho em horário extraordinário, por falta de previsão legal.
- II. O registro de ponto para apuração de frequência não é obrigatório, mas poderá ser instituído, a critério da autoridade municipal, por meio de regulamento.
- III. A Administração poderá modificar a jornada semanal legalmente fixada, observado o interesse do serviço, bem como estabelecer regras de compensação ou revezamento para os servidores que trabalham em regime de escala ou jornada diferenciada, por meio de Decreto, respeitadas as demais condições legais.
- IV. A Administração municipal poderá adotar, a critério da gestão superior, o regime de dedicação não exclusiva, ao servidor comissionado, o qual poderá desempenhar outra atividade profissional particular ou pública, desde que haja compatibilidade de horários, podendo ser convocado sempre que necessário ao serviço público.

Estão corretas as afirmativas

- [A] II, III e IV, apenas.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I, II e III, apenas.
- [D] I e IV, apenas.

QUESTÃO 20

Considere a seguinte situação hipotética:

Josefino é chefe imediato da servidora Linda Flor no âmbito da administração direta no Município de Cáceres/MT. Recebeu uma reclamação formal subscrita pelo advogado constituído por uma empresa contribuinte do Município quanto à falta de resposta a um requerimento de compensação tributária que aguarda análise da servidora.

Conforme documentação anexada na reclamação, o procedimento administrativo instaurado pela empresa foi distribuído à servidora e aguarda análise há mais de 8 (oito) meses, enquanto o prazo de análise regularmente adotado nesses casos é de 2 (dois) meses.

Diante da reclamação, Josefino recomendou ao órgão responsável a abertura de processo administrativo disciplinar para apurar a conduta da servidora por suposta inobservância a dever funcional previsto em lei.

De acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 25/1997 aplicáveis ao regime disciplinar dos servidores públicos do Município de Cáceres/MT, assinale a afirmativa correta a respeito da situação relatada.

- [A] A ação disciplinar foi fulminada pela prescrição porque o processo deveria ser instaurado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da ocorrência do fato, por se tratar de infração disciplinar suscetível à pena de advertência.
- [B] Não cabe instauração de processo administrativo disciplinar, uma vez que as penalidades previstas em lei não se aplicam quando apurado o cometimento de uma única conduta irregular, mas apenas em caso de reincidência nas faltas.
- [C] A conduta da servidora deverá ser enquadrada como inassiduidade habitual, que corresponde à falta ao serviço, sem causa justificada, por mais de 60 (sessenta) dias.
- [D] É cabível a contagem do prazo de prescrição previsto em lei para apuração da infração disciplinar do momento em que a suposta conduta irregular se tornou conhecida pela autoridade responsável.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Considerando as disposições da Constituição Federal brasileira de 1988, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Dentre os direitos fundamentais, a Constituição Federal garante a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, exceto a proteção dos locais de culto e suas liturgias.
- () Em homenagem à transparência pública, a Constituição Federal dispôs que a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social assim o exigirem.
- () O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental, transindividual e multigeracional, tutelado pela Constituição Federal de 1988.
- () São direitos sociais a educação, a cultura, o esporte, a moradia, o pluralismo político, o combate ao racismo, a diminuição às desigualdades regionais e a solução pacífica dos conflitos, na forma da Constituição Federal.
- () É garantido pela Constituição Federal o direito de propriedade, com respeito à sua função social, e a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo adentrar sem consentimento do morador, sem exceções.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, F, F, V
- [B] V, F, V, V, V
- [C] F, V, F, V, F
- [D] F, V, V, F, F

QUESTÃO 22

Leia atentamente os textos a seguir.

Texto 1

A ideia de um mínimo vital se nos afigura perfeitamente apropriável por nosso ordenamento jurídico em todos os casos em que o direito social não esteja explicitamente positivado, mas deflua da ideia de dignidade humana. Não há como se negar que o direito a um mínimo alimentar e a uma habitação salubre se situem dentro da ideia de mínimo vital e, deste modo, estejam agasalhadas pelo princípio da dignidade humana.

(NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. *A Cidadania Social na Constituição de 1998*. São Paulo: Verbatim, 2009.)

Texto 2

A questão da vinculação dos direitos sociais é, parece, o ponto central do tema: toda a classificação dos direitos sociais consiste, no fundo, na discussão sobre se esses direitos podem ser exigidos judicialmente, por quem e em quais condições. (...) Conforme seja maior ou menor o grau de precisão (ou determinação) do objeto da norma no próprio texto constitucional, diz-se que há maior ou menor densidade normativa, razão pela qual se diz que da densidade normativa têm-se reflexos quanto à vinculação, aplicabilidade e justiciabilidade.

(LINS, Liana Cirne. A justiciabilidade dos direitos fundamentais sociais. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, v. 46, n. 182, abr./jun. 2009.)

Acerca do alcance e exigibilidade dos direitos sociais previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988, assinale a afirmativa correta.

- [A] De acordo com o texto 1, direitos sociais não expressos na Constituição Federal têm natureza jurídica indeterminada e não são exigíveis, por ofensa ao princípio da legalidade.
- [B] Enquanto no texto 1 a indeterminação dos direitos sociais é positiva, ampliando o seu alcance, no texto 2 tal característica pode comprometer o reconhecimento judicial desses direitos.
- [C] Tanto no texto 1 quanto no texto 2, o grau de indeterminação dos direitos sociais tem natureza restritiva, diminuindo o seu alcance e sua concretude (justiciabilidade).
- [D] De acordo com o texto 2, a ideia de direitos sociais não positivados, ou com elevado grau de indeterminação, tem por finalidade enfraquecer a exigibilidade desses direitos.

QUESTÃO 23

Leia atentamente o texto a seguir.

O fato de ser cidadão propicia a cidadania, que é a condição jurídica que podem ostentar as pessoas físicas e morais e que por expressar o vínculo entre o Estado e seus membros implica de um lado, submissão à autoridade, e de outro, o exercício de direito. (...) A busca do bem comum, tenho presente, é missão primordial do Estado e de ninguém mais do que o Estado, porque, para tal mister ele se constituiu, a fim de, através de uma legislação adequada, instituições e serviços capazes de controlar, ajudar e regular as atividades privadas e individuais da vida nacional, possa cumprir a sua precípua missão de tudo fazer para convergir à realização dos ideais do bem comum, na plena realização da cidadania.

(LAZZARINI, Álvaro. Cidadania e Direitos Humanos. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 223, jan./mar. 2001.)

Quanto aos conceitos de cidadania e controle social, marque a afirmativa correta.

- [A] Ao participar de audiências públicas e fiscalizar a execução do orçamento municipal, a população está exercendo, respectivamente, a cidadania e o controle social.
- [B] Ao pesquisar as melhores ofertas do comércio e denunciar a prática de abusos nos preços, a população está exercendo, respectivamente, a cidadania e o controle social.
- [C] Ao organizar campanhas de arrecadação de alimentos e exigir medidas de combate à pobreza, a população está exercendo, respectivamente, a cidadania e o controle social.
- [D] Ao exigir a redução do desperdício de água tratada e a promoção de políticas públicas de saneamento, a população está exercendo, respectivamente, a cidadania e o controle social.

QUESTÃO 24

Leia atentamente o texto a seguir.

De um lado, a evolução dos direitos humanos privilegiou sua indivisibilidade, interdependência e complementaridade e induziu à criação de novos direitos híbridos, decorrentes da distinção absoluta entre direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais. Além disso, novos direitos humanos vem sendo reconhecidos, em atenção à preocupação com a qualidade de vida do Planeta, ao desenvolvimento sustentado e integrado da espécie humana e à preservação da Natureza. De outro lado, a teoria dos interesses transindividuais, como superação da doutrina individualista do processo, propiciou nova categorização de direitos e interesses e sua justiciabilidade, antes inimaginável.

(WEISS, Carlos. *Direitos Humanos Contemporâneos*. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2012.)

Considerando a importância dos direitos humanos e a sua relação com os direitos e garantias fundamentais, assinale a afirmativa correta.

- [A] De acordo com a Constituição Federal de 1988, os Tratados e Convenções Internacionais que a República Federativa do Brasil seja parte, aprovados por 3/5 do Senado Federal, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- [B] O direito de propriedade de imóveis urbanos e rurais são igualmente influenciados pelo princípio da dignidade da pessoa humana, pois em caso de descumprimento da sua função social, o Poder Público poderá desapropriá-los para fins de reforma agrária.
- [C] A tutela dos direitos trabalhistas inclui, no texto constitucional, o direito ao meio ambiente de trabalho digno, mediante a salubridade das instalações, a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos, e o fornecimento gratuito de EPI.
- [D] Mesmo a ordem econômica tendo por princípio a propriedade privada, a liberdade de concorrência e a livre iniciativa, não descuidou o legislador constituinte de orientá-la para a valorização do trabalho humano e para a justiça social.

QUESTÃO 25

Sobre a aplicação da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Uma das diretrizes da aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI), é a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação. Ao mesmo tempo, os órgãos e entidades do poder público devem assegurar a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal.
- () A utilização pelos órgãos e entidades do poder público do Portal de Dados Abertos é um dos exemplos de transparência ativa, por meio da qual o ente disponibilizará informações de interesse público relevante, sempre que requisitadas pelos cidadãos.
- () De acordo com a LAI, quando um pedido de acesso à informação não for possível de ser atendido, por ausência da informação requerida, compete à Ouvidoria indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.
- () Embora a LAI defina a publicidade como regra e o sigilo como exceção, é possível restringir o acesso à informação quando houver possibilidade de comprometimento de atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.
- () Considera-se transparência passiva o dever de os órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, V, F, F
- [B] F, V, F, F, V
- [C] F, F, F, V, V
- [D] V, F, V, V, F

QUESTÃO 26

Leia atentamente o texto a seguir.

A LAI é, como regra, uma lei nacional, ou seja, deve ser observada por todos os entes da federação brasileira incluindo os Tribunais de Contas e Judiciário, além do Ministério Público e Defensorias Públicas. As entidades da administração indireta também estão submetidas à LAI, conforme disposto no art. 1º, I e II da LAI e no art. 5º do Decreto nº 7.724/2012.

(Brasil. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Ouvidoria-Geral da União (OGU). Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal. 3ed. Brasília: [S. ed.]. 2017. Versão adaptada.)

Quanto à aplicação da Lei de Acesso à Informação no Município de Cáceres (Lei Municipal nº 2.407/2014), marque a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] Devem estar em transparência ativa os registros de despesas, as informações concernentes a procedimentos licitatórios, os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras, e as respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.
- [B] Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- [C] Não serão atendidos pedidos de acesso à informação genéricos, desproporcionais ou desarrazoados, ou que exijam demasiados custos financeiros para o fornecimento de cópias das informações requeridas.
- [D] Em caso de recurso contra a negativa de acesso à informação, este será dirigido à Controladoria-Geral do Município de Cáceres, depois de submetido à apreciação de, pelo menos, uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.

QUESTÃO 27

Sobre a aplicação do Código de Ética aos ocupantes das carreiras estratégicas do órgão central do Sistema de Controle Interno (SCI) e do Sistema de Ouvidoria (SO), lotados na Controladoria Geral do Município (CGM), da Prefeitura Municipal de Cáceres, assinale a afirmativa correta.

- [A] Os servidores ocupantes das carreiras estratégicas do órgão central do Sistema de Controle Interno e do Sistema de Ouvidoria, no exercício das suas atividades, devem conduzir os seus trabalhos com zelo profissional, atuando com atenção e prudência e mantendo postura de ceticismo profissional.
- [B] O Código de Ética é aplicável aos servidores efetivos, lotados na CGM, na realização de seus trabalhos, não abrangendo servidores que exerçam apenas temporariamente atividades típicas das carreiras estratégicas da área de controle interno, na forma de simples auxílio, e que estejam lotados em outras unidades administrativas.
- [C] São princípios éticos fundamentais a serem observados e defendidos pelos servidores ocupantes das carreiras estratégicas do órgão central do SCI e do Sistema de Ouvidoria no exercício das suas atividades: a integridade, a objetividade, a confidencialidade, a competência, a acessibilidade e o uso de linguagem cidadã.
- [D] Os servidores ocupantes das carreiras estratégicas do órgão central do SCI e do Sistema de Ouvidoria deverão se abster de realizar qualquer manifestação, sob pena de violação de preceito ético, caso haja dúvida sobre potencial risco para a objetividade, a imparcialidade e a independência dos seus trabalhos.

QUESTÃO 28

Considerando o Código de Ética aplicável aos servidores do Sistema de Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Cáceres, assinale a afirmativa que apresenta uma violação de preceito ético.

- [A] Alterar a classificação de manifestação recebida como denúncia, para reclamação, uma vez que a reportante se queixou de “excesso de velocidade”, falta de placas de sinalização, carência de redutores de velocidade nas vias e atrasos recorrentes no transporte público.
- [B] Remeter à Ouvidoria do INSS a reclamação recebida quanto à “demora na concessão de benefício previdenciário” requerido pelo cidadão, justificando-se ao reportante de que o assunto não é de competência da Ouvidoria Municipal.
- [C] Propor tratativas de conciliação e a mediação de conflitos para o cidadão que requereu providências, reportando ter sofrido insultos e abusos por agente de fiscalização de trânsito, de modo a minimizar as desavenças e restaurar a cordialidade entre as partes.
- [D] Arquivar denúncia formulada de forma anônima, relatando que servidores do município estariam “fazendo muita coisa errada, com contratação de parentes, basta investigar”, sem identificação de testemunhas, local da ocorrência ou indícios de prova dos fatos alegados.

QUESTÃO 29

Sobre as atribuições dos servidores pertencentes ao Sistema de Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Cáceres, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Compete aos servidores da Ouvidoria rejeitar manifestações que consistam em reclamações ou denúncias improcedentes, determinando o seu arquivamento por meio de despacho fundamentado.
- () Compete aos servidores da Ouvidoria solicitar acesso a arquivos, dados e informações; presidir inquéritos, arrolar e inquirir testemunhas; realizar demais diligências necessárias ao desempenho de suas funções.
- () Compete aos servidores da Ouvidoria registrar todas as manifestações encaminhadas ao serviço de Ouvidoria e as respostas que foram apresentadas aos usuários, mantendo atualizadas a base de dados contendo as informações e estatísticas referentes ao setor.
- () Compete aos servidores da Ouvidoria apreciar as questões concretas, em vias de decisão judicial, podendo recomendar soluções no âmbito administrativo e, em especial, a proposta de conciliação e a mediação de conflitos.
- () Compete aos servidores da Ouvidoria receber as reclamações e denúncias que lhe forem dirigidas e, se necessário, promover de ofício a instauração de sindicâncias, inquéritos e auditorias, nos termos da legislação vigente.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, F, V
- [B] V, F, V, F, F
- [C] F, F, V, V, F
- [D] F, V, F, V, V

QUESTÃO 30

A Ouvidoria é o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração Municipal, podendo receber reclamações, denúncias, pedidos de acesso à informação, dentre outras manifestações, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços públicos prestados. Muitas vezes, porém, o manifestante não consegue se expressar de forma clara e adequada. São apresentados a seguir tipos de manifestações que podem ser recepcionados pela Ouvidoria.

1. Olá! Ano passado não consegui vagas para meus filhos na creche municipal. Hoje, busquei no site da Prefeitura, mas não encontrei o telefone deles para ligar. Quero saber quantas vagas para as crianças do bairro Santa Luzia serão disponibilizadas neste semestre.guardo providências.
2. Senhora Ouvidora, quero chamar a atenção da Prefeitura para a questão do lixo. O meio ambiente pede socorro! Não somos nada sem a mãe natureza. Vamos fazer a coleta seletiva. Cada um que fizer em sua casa, ganha desconto no IPTU. 10% já está bom.
3. Bom dia, gostaria de parabenizar a SMS. Após mais de um ano, finalmente fizeram alguma coisa e contrataram um doutor para o PSF. Porém, já faz dois meses que não o tenho visto atendendo no postinho, apesar de seu nome constar na escala. Por onde anda o Dr. Eriosvaldo?
4. Eu quero denunciar que nós aqui do Condomínio Habitacional do Vale do Caju estamos sofrendo sem água. Todo dia tem falta d'água. E a conta chega todo mês, essa não falha. Já cansamos de pedir providências, e nada. Cadê o senhor Secretário para solucionar nosso problema?
5. Sou D. Joana, sou moradora do Jardim das Oliveiras. Ontem de tarde, vi um enorme caminhão, acho que da Prefeitura, despejando sacos e sacos no terreno baldio aqui da rua. Tem seringas e caixas de remédios, tudo esparramado. Isso dá doença e aqui não é lixão!

Assinale a alternativa que apresenta a denominação correta e sequencial dos tipos de manifestações dadas.

- [A] Reclamação, Denúncia, Elogio, Acesso à informação, Reclamação.
- [B] Denúncia; Reclamação, Acesso à informação, Denúncia, Sugestão.
- [C] Acesso à informação, Sugestão, Denúncia, Reclamação, Denúncia.
- [D] Acesso à informação, Sugestão, Reclamação, Denúncia, Elogio.

QUESTÃO 31

Considerando os tipos de manifestações que podem ser recepcionados pela Ouvidoria Municipal de Cáceres, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 150/2022, numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

- | | | |
|------------------------|-----|--|
| 1. Acesso à informação | () | Comunicação verbal ou escrita que propõe ação considerada útil a melhorias dos serviços públicos prestados à população. |
| 2. Consulta | | |
| 3. Denúncia | () | Comunicação verbal ou escrita que demonstra satisfação ou agradecimento por serviços prestados pela Administração Direta do Poder Executivo Municipal. |
| 4. Elogio | | |
| 5. Reclamação | | |
| 6. Sugestão | () | Comunicação verbal ou escrita que indica irregularidade ou indícios de irregularidade na administração geral. |
| | () | Acesso às informações produzidas ou custodiadas pela Administração Direta do Poder Executivo Municipal. |
| | () | Comunicação verbal ou escrita realizada para esclarecer dúvidas quanto aos serviços ofertados pela Administração Direta do Poder Executivo Municipal. |
| | () | Comunicação verbal ou escrita que relata insatisfação em relação às ações e aos serviços públicos, sem conteúdo de requerimento. |

Assinale a sequência correta.

- [A] 2, 1, 5, 6, 4, 3
[B] 6, 4, 3, 1, 2, 5
[C] 6, 4, 2, 1, 5, 3
[D] 4, 6, 3, 2, 1, 5

QUESTÃO 32

Leia o texto abaixo.



(Disponível em: <https://www.caceres.mt.gov.br>. Acesso em: 20/02/2024.)

Sobre o papel do Sistema de Ouvidoria na qualidade da prestação dos serviços públicos no Município de Cáceres, conforme dispõe a Lei Complementar nº 162/2021, assinale a afirmativa correta.

- [A] Compete à Ouvidoria Geral divulgar sítios eletrônicos que promovam a capacitação e o treinamento relacionados ao combate ao cartel de preços, práticas antitruste e de proteção e defesa dos usuários de serviços públicos do município.
- [B] Compete à Ouvidoria Geral sugerir o encaminhamento para fóruns de conciliação e de mediação judiciais para resolução de conflitos evidenciados no desempenho das atividades de ouvidoria entre cidadãos e órgãos ou agentes públicos do município.
- [C] Compete à Ouvidoria Geral incentivar a participação social na fiscalização da qualidade da prestação dos serviços exclusivos de monopólio estatal, e na indicação e exoneração de cargos *ad nutum*, visando ao controle social da administração pública.
- [D] Compete à Ouvidoria Geral auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com a proteção e a defesa dos usuários dos serviços públicos, bem como divulgar estatísticas sobre o nível de satisfação dos usuários desses serviços.

QUESTÃO 33

De acordo com o Decreto Municipal nº 541/2022, assinale a afirmativa correta quanto ao Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos (COMUSP).

- [A] Dentre as competências do COMUSP, está o dever de auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à participação popular e ao controle social, participar na avaliação dos serviços e auxiliar na definição de diretrizes para o adequado atendimento aos usuários.
- [B] O COMUSP é um órgão colegiado bicameral, dividido em Turmas, com função recursal em casos de procedência de reclamações contra a qualidade dos serviços públicos municipais que apresentem falhas ou deficiências, podendo deliberar pela não recondução dos gestores envolvidos.
- [C] Os representantes dos usuários dos serviços públicos municipais serão indicados pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade e, em seguida, nomeados pelo Prefeito do Município para exercício de 4 (quatro) anos de mandato.
- [D] Os conselheiros perderão automaticamente o mandato quando incorrerem em mais de 03 (três) faltas consecutivas, ou 05 (cinco) faltas alternadas, ambas não justificadas, nas reuniões do Conselho dentro do período de um ano, devendo devolver aos cofres públicos a remuneração recebida sem a contraprestação dos serviços.

QUESTÃO 34

A carta de serviços ao usuário tem por objetivo informar a sociedade sobre os serviços prestados pelo órgão, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade e de atendimento ao público. Sobre o tema, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] A carta de serviços aos usuários de serviços públicos deverá conter a descrição dos serviços oferecidos, eventuais custos para a sua prestação e o horário de funcionamento das unidades administrativas, especialmente aquelas responsáveis pelo atendimento direto ao público.
- [B] Além de detalhar os compromissos e padrões de qualidade relativos aos serviços prestados, a carta de serviços ao usuário deverá também indicar mecanismos de consulta acerca do andamento do serviço solicitado e de eventual manifestação sobre a qualidade desses serviços.
- [C] O quadro geral dos serviços públicos prestados deverá conter informações claras e precisas dos serviços oferecidos, com síntese individualizada de cada um deles, e a indicação da autoridade administrativa a quem estão vinculados, com atualização mínima a cada triênio.
- [D] Após a publicação da carta de serviços ao usuário, os órgãos deverão avaliar, mediante a instituição de pesquisa de satisfação, se os serviços prestados estão em conformidade com os compromissos assumidos pelo ente público.

QUESTÃO 35

Foi encaminhada à Ouvidoria Municipal uma reclamação por um cidadão, alegando que foi mal atendido ao tentar protocolar um recurso administrativo em face de auto de infração de trânsito. Argumentou que a servidora da SMTU não teve paciência para orientá-lo e não o informou adequadamente quanto aos procedimentos necessários, causando morosidade e transtornos. Considerando os institutos da mediação e da conciliação para resolução de conflitos com os usuários dos serviços públicos, marque a afirmativa correta.

- [A] Para a eficácia das tratativas de mediação ou conciliação, é necessário que ao menos uma das partes reconheça a sua culpa e se proponha a realizar a integral retratação com a parte adversa, de modo a permitir o reequilíbrio dos atores no processo de conscientização e imposição das responsabilidades.
- [B] Tanto a mediação quanto a conciliação são procedimentos autocompositivos. Enquanto na mediação o facilitador dá ênfase à capacidade e autonomia das partes, na conciliação o terceiro tem função mais atuante, podendo apresentar propostas para a resolução dos conflitos.
- [C] Caso as partes consentam na realização das sessões de mediação ou conciliação, é importante que o facilitador estabeleça adequadamente a assimetria do direito de fala das partes, de modo a oportunizar o afloramento das suas emoções, fator essencial para o adequado dimensionamento dos conflitos subjacentes.
- [D] No processo de resolução dos conflitos, é necessário que o facilitador estimule cada uma das partes a ressaltar com clareza os seus posicionamentos e os pontos de divergência e tenham por foco os fatos pretéritos que desencadearam a origem dos problemas, de modo a evitar o acirramento das controvérsias.

QUESTÃO 36

Sobre os procedimentos internos da Ouvidoria Municipal de Cáceres, analise a manifestação hipotética a seguir.

Prezada Ouvidora, meu nome é Jenies Marco e sou 1º Secretário do Sindicato de Servidores da Saúde. Venho informar minha preocupação com o processo seletivo destinado à contratação de médico obstetra e ginecologista para o Hospital Municipal. Existem candidatos aprovados dentro do limite de vagas, referente ao concurso público da SMS realizado dois anos atrás. Certamente haverá preterição de candidatos e gastos públicos desnecessários. Solicito providências e peço o sigilo da minha identificação.

Sobre a manifestação, assinale a afirmativa correta.

- [A] A manifestação deverá ser classificada como denúncia, visto que o reportante mencionou o seu desagrado ou protesto sobre um serviço prestado, ação ou omissão da administração e/ou servidor público e a existência ou ausência de norma reguladora, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo municipal. Neste caso, é desnecessária a comunicação ao reportante.
- [B] Após a realização da triagem pela equipe da Ouvidoria, a manifestação deverá receber número de protocolo de identificação. Em seguida, deverá ser arquivada de ofício, pois não há na manifestação elementos mínimos de materialidade de ato ilícito que justifique a atuação da Administração Pública. O reportante será comunicado e a manifestação terá o status de encerrada.
- [C] A manifestação anônima é aquela recebida sem a identificação do reportante. Como o próprio já se identificou, o pedido de sigilo de seus dados e manutenção do anonimato não é mais possível de ser atendido. Além disso, caso a denúncia seja falsa, poderá haver a responsabilização administrativa, cível e/ou criminal do manifestante.
- [D] Depois de recebida, a manifestação passará pela triagem da Ouvidoria. Em seguida, a Ouvidoria encaminhará pedido de informações à SMS, cuja resposta se dará no prazo de até 15 (quinze) dias. Ao final da análise, a denúncia poderá ser arquivada, ou enviada para apuração da autoridade competente. Em quaisquer dos casos, o reportante será comunicado.

QUESTÃO 37

A Emenda Constitucional nº 115/2022 incluiu no art. 5º da Constituição Federal de 1988, o inciso LXXIX, segundo o qual “é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais”. No plano infraconstitucional, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), disciplina o tema. Sobre o direito à proteção de dados pessoais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () De acordo com a LGPD, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas, ao tratar dados pessoais, têm o dever de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, e em especial, a dignidade e o exercício da cidadania.
- () A LGPD alcança inclusive as pessoas jurídicas de direito público internacionais, desde que a coleta dos dados pessoais, objeto do tratamento, tenha sido realizada em território nacional, ou cujo titular se encontre em território nacional no momento da coleta.
- () Não se aplica a LGPD nos casos em que o tratamento dos dados for realizado por pessoa jurídica para fins exclusivamente particulares e não econômicos, e ainda, quando para finalidades jornalísticas, artísticas ou acadêmicas, na forma em que a lei prescreve.
- () De forma excepcional, a LGPD não alcançará o tratamento de dados pessoais destinados ao imperativo de segurança pública, da defesa nacional, da segurança do Estado ou nos casos de serviços de utilidade pública, como as campanhas de vacinação e imunização.
- () A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é o órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD, podendo aplicar multas e até representar criminalmente os infratores da norma.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, F, F
- [B] F, V, V, F, V
- [C] F, F, F, V, V
- [D] V, F, V, V, F

QUESTÃO 38

Em várias partes do globo, na data de 26 de janeiro é comemorado o dia internacional da proteção de dados pessoais. Sobre a proteção de dados pessoais no contexto do Poder Executivo Municipal de Cáceres, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O Comitê Municipal de Proteção de Dados Pessoais – (CMPD) é órgão colegiado consultivo na área de proteção de dados pessoais no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo, orientado pelo disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD.
- () O tratamento de dados pessoais pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública do Poder Executivo deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de monitorar populações marginalizadas e coibir comportamentos considerados divergentes.
- () Para a designação do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais municipal, é recomendado o conhecimento multidisciplinar sobre privacidade e proteção de dados pessoais, análise jurídica, gestão de riscos, governança de dados e acesso à informação no setor público.
- () Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo poderão transferir a entidades privadas os dados pessoais constantes das bases de dados a que tenham acesso, nas hipóteses de prevenção de fraudes ou para proteger a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.
- () Os dados pessoais sensíveis da pessoa natural (aqueles relacionados aos hábitos e preferências dos usuários nas redes sociais, número de CPF, de Registro Geral, da CNH ou do PIS/PASEP) deverão ser anonimizados sempre que for necessário o tratamento de arquivo ou documento.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, V, V, F
- [B] F, F, V, F, V
- [C] V, V, F, V, F
- [D] F, V, F, F, V

QUESTÃO 39

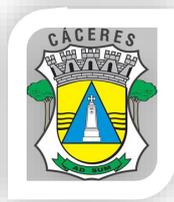
Whistleblower, informante ou denunciante, é expressão que designa a pessoa que, tendo conhecimento de possível ato ilícito ou irregularidade criminal ou administrativa, formaliza denúncia dos fatos tidos por irregulares para que a autoridade competente tome as devidas providências. Considerando a legislação de proteção ao denunciante no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- [A] Desde o recebimento da denúncia pela Ouvidoria, serão protegidos o nome, o endereço, os dados pessoais e quaisquer outros elementos que possam identificar o denunciante, os quais estarão sob restrição de acesso público pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos.
- [B] Considerado razoável o relato pela unidade de ouvidoria e procedido o encaminhamento para apuração, ao informante serão asseguradas proteção parcial contra retaliações e isenção de responsabilização administrativa em relação ao relato.
- [C] Todos os entes públicos, incluindo as autarquias e fundações, as empresas públicas e sociedades de economia mista, manterão unidade de ouvidoria para assegurar o direito de denunciar crimes contra a administração pública, ilícitos administrativos ou quaisquer ações ou omissões lesivas ao interesse público.
- [D] Salvo quando houver o consentimento do informante, a unidade de ouvidoria responsável pelo tratamento da denúncia providenciará a sua anonimização para o posterior envio às unidades de apuração competentes.

QUESTÃO 40

O Decreto Federal nº 9.492/2018 criou a Rede Nacional de Ouvidorias, a qual tem por objetivo integrar as ações de simplificação desenvolvidas pelas unidades de ouvidoria de todos os demais entes públicos que a ela aderirem. De modo a padronizar as suas ações, a Rede Nacional estabelece normas-modelos, por meio de Resoluções. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- [A] De acordo com a Resolução nº 3 de 2019, que trata das medidas de salvaguarda à identidade do denunciante, os sistemas informatizados que façam tratamento de denúncias deverão manter em transparência ativa o acesso de agentes públicos a essas informações, contendo o endereço de IP, a data e hora de acesso, permitindo o controle social das ações dos agentes públicos.
- [B] A Resolução nº 7 de 2021, que aprova a Norma – Modelo para Criação de Unidades de Ouvidoria e a Norma Modelo para Regulamentação da Atividade de Ouvidoria, estabelece dentre as suas competências a adoção de meios de solução pacífica de conflitos entre usuários dos serviços públicos e o ente, órgão ou entidade, bem como entre agentes públicos, no âmbito interno, com a finalidade de qualificar o diálogo entre as partes e tornar mais efetiva a resolução do conflito, quando cabível.
- [C] A Regulamentação Modelo da Lei nº 13.460 de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos, estabelece que as Ouvidorias deverão receber a manifestação, realizar análise prévia e, caso necessário, encaminhá-la às áreas responsáveis para providências, certificando-se da identidade e da motivação do usuário, de modo a coibir a denúncia caluniosa.
- [D] A Resolução nº 7 de 2021, que aprova a Norma – Modelo para Criação de Unidades de Ouvidoria e da Regulamentação da Atividade de Ouvidoria, estabelece dentre as competências o dever de coletar, ativa ou passivamente, dados acerca da qualidade e da satisfação dos usuários com a prestação de serviços públicos prestados pelo ente, órgão ou entidade, com a finalidade de compartilhá-los com os órgãos de inteligência e de combate de atos ilícitos.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

EDITAL N.º 02/2024 - PMC

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Questão	Alternativa
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão	Alternativa
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Esta folha é destinada para uso **EXCLUSIVO** do candidato.